

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 11



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 11. / Filipe Lins dos Santos.
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2024.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-103-6

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.
Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Capítulo 19

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SEXUAL EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION

Cardinale Soares da Fonseca Nascimento¹

Resumo: A Educação Sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos, isso demonstra o avanço que o assunto se propõe. Embora, muitos deles apresentem preocupações e se sintam, em certos momentos, temerosos e até inseguros, diante dessa tarefa. Mas, cada educador pode inovar a sua práxis pedagógica, focando o tema da sexualidade de maneira transversal como propõe os PCNs, onde a Educação Inclusiva seja uma realidade transformando o sistema educacional em sistema educacional inclusivo. A Educação Sexual na perspectiva da Educação Inclusiva requer dos envolvidos no processo educacional, compromisso voltado à inclusão dos indivíduos de forma igualitária, onde todos possam ter acesso à informação e formação a respeito do tema sexualidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Sexual. Sistema Educacional.

Abstract: Most teachers have recognized sexual education as necessary and important in the educational process of students, which demonstrates the progress that the subject is proposing. Although many of them have concerns and feel, at times, fearful and even insecure when faced with this task, each educator can innovate their pedagogical practice, focusing on the topic of sexuality in a transversal manner as proposed by the PCNs, where Inclusive Education becomes a reality,

¹ Licenciada em Biologia e Especialista em Tecnologia Educacional em Ciências Naturais e em PROEJA (UFPB).

transforming the educational system into an inclusive educational system. Sexual Education from the perspective of Inclusive Education requires those involved in the educational process to commit to the inclusion of individuals in an egalitarian manner, where everyone can have access to information and training on the topic of sexuality.

Keywords: Inclusive Education. Sexual Education. Educational System.

Introdução

A Educação Inclusiva no Brasil sempre foi marcada por movimentos ou atitudes de grupos, com muito descaso na própria legislação. Gradativamente, avanços foram registrados e em outros momentos mostram a falência do processo ensino aprendizagem. Desde a criação da instituição escolar que se tem iniciativas e matrizes que dão significado e uma nova roupagem para se afirmar o compromisso de incluir os ditos excluídos dentro do ensino normal. Embora, ainda persistam muitas disparidades e resistências, que colocam os ditos normais distantes dos anormais.

A Educação Inclusiva enseja por novas práticas, recursos e estratégias de ensino que coloquem todos em um mesmo patamar, o qual tem gerado imensos debates, com vistas a construção de uma sociedade pautada pela efetiva prática de inclusão para todos. Para isso, é preciso o uso de metodologias que priorizem as diversas situações de aprendizagens, atendendo as especificidades dos alunos, garantindo-lhes o direito a educação com dignidade e respeito às suas diferenças, a fim de exercerem a sua cidadania. Sobre esse assunto, vários temas devem ser trabalhados no âmbito educacional, inclusive os ditos transversais propostos pelos PCNs, que dentre alguns, destaca-se aqui o tema sexualidade, que conduzirá a um processo de inclusão mais sólido para os excluídos.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Sexual requer do professor uma autonomia e uma formação continuada que possibilite a inovação do processo, provocando no aluno uma troca de experiência e a busca de condições favoráveis ao desempenho escolar.

Portanto, este artigo almeja apresentar aos educadores, uma reflexão acerca da Educação Sexual na perspectiva da Educação Inclusiva, fomentando-os a repensarem sob suas práticas pedagógicas, em relação a todos os discentes, que tenham deficiências ou não; atentando que todos necessitam receber uma educação voltada ao tema sexualidade, e que, a família também seja parceira nesse processo. Para isso, o educador deve desempenhar bem o seu papel de formador, tratando todos indistintamente.

Um breve histórico da Educação Inclusiva no Brasil

Sobre a legislação que trata da educação de pessoas com deficiência, podemos mencionar certo descaso, em virtude da demora de uma ação legal efetiva. Segundo os PCNs apud Andrade (2013, p. 50), há registros de discussões e de trabalhos sobre sexualidade nas escolas brasileiras desde a década de 1920. Houve várias discussões e poucos avanços nesse sentido a partir de 1940. Os indivíduos com deficiência eram excluídos do convívio social, a Educação Inclusiva foi criada em instituições especializadas com aspecto discriminatório.

A partir da década de 60 com o aperfeiçoamento de novos métodos é que vamos conhecer escolas da rede pública com caráter inclusivo, mas ainda de forma paralela. As classes especiais, por sua vez, se tornaram espaços de segregação para todos os alunos que não se enquadravam no sistema regular de ensino (FERNANDES, 2005).

Não obstante, o tema se intensificou nos conteúdos curriculares da educação básica na década de 70, surge então, o paradigma da integração de alunos que estudaram em escolas para especiais no ensino regular. No Brasil, o tema se intensificou nos conteúdos curriculares da educação básica, através da Constituição Federal de 1988.

A padronização na educação pública brasileira, através do Governo Federal, se efetivou em 1996, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Com isso, o currículo se flexibiliza e surge uma nova abertura para que dentre outros a Orientação Sexual se inclua como um

dos temas transversais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Educação Sexual na Educação Básica

O tema Educação Sexual é desafiante em todas as etapas da educação básica, mas deve ultrapassar barreiras e ser desenvolvido de maneira a tornar o educando sujeito ativo do processo. É preciso que o professor se sinta preparado e estimulado a exercer o papel de orientador desse processo, promovendo uma aprendizagem significativa e que fomentem os seus alunos a buscarem cada vez mais informações em relação à sexualidade, perpassando o espaço escolar, para a prática e vivência da cidadania onde o desejo, o prazer, a própria vida e a vida do outro passe a ser valorizada. Neste sentido Figueiró (2009, p. 142) enfatiza que:

Quando se propõe educar sexualmente os alunos, há que se pensar, concomitantemente, em oportunizar aos professores o reeducar-se sexualmente, participando de estudos que os auxiliem a preparar-se para atuar como educadores sexuais e fornecer aos educandos informações claras, objetivas e científicas sobre sexualidade.

O ensino da sexualidade em todo o processo educativo deve está pautado na ética e que as práticas pedagógicas envolvendo esse tema, promova reflexões e discussões levando o jovem à prática desses conhecimentos para sua vida sexual. Com isso, cabe enfatizar a necessidade de expandir esse conteúdo em todas as disciplinas, aproveitando todas as oportunidades e instrumentos que a escola tem, para orientar e acrescentar à educação como um todo e que pode ser utilizado como estratégias de ensino o uso de recursos como filmes, músicas, livros de literatura, pesquisas, manchetes de revistas e jornais, teatro, danças, produção de gibis, modelagens. Enfim, estratégias é o que não faltam para explorar a temática.

Na maioria das vezes o tema sexualidade só é abordado nas aulas de Ciências e de maneira formal e conteudista. Dificilmente se vê realizações de trabalhos adequados na área de Orientação

Sexual; e quando se tem é realizado apenas nas aulas de Ciências ou de Biologia; que na maioria das vezes não sabem se incluem ou não educação sexual no currículo.

Com o intuito de ampliar a Educação Sexual no currículo e diversificar a maneira de trabalhar a sexualidade nas escolas, os professores contam com os PCNs, o qual propõe que o tema seja trabalhado de maneira transversal, envolvendo várias áreas do conhecimento, como afirma João Luiz Pinto e Silva em entrevista com Clarice Cardoso em “Carta na Escola” (2013,p.12):”Já passou o tempo de ter aula isolada de educação sexual, que mostre os órgãos, o espermatozoide....Hoje, ela se dá de forma contínua, integrada às disciplinas, aproveitando todos os instrumentos da escola”.

Segundo Altmann (2001.p. 583):

Um dos principais objetivos apontados pelo PCNs, da Orientação Sexual na escola é o fomento de atividades de autocuidado, preparando sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade, sujeitos que incorporem a mentalidade preventiva e a pratiquem sempre.

Sendo assim, se faz necessário ter professores preparados e motivados, que integrem às atividades diárias inúmeras situações, que sejam aproveitadas para o trabalho com a Educação Sexual de seus educandos. Ao tratar do tema a Orientação Sexual na escola, os PCNs se propõe a:

[...] abordar com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade possibilita o aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (PCN, p. 300).

Embora a proposta de Educação Sexual dos PCNs seja indicativa para os alunos em geral, falar de sexualidade na escola ainda é uma tarefa difícil, pois, lamentavelmente as questões morais e

religiosas costumam impedir que os educadores desenvolvam um trabalho voltado para essa temática.

Portanto, pode-se afirmar que a implantação da ES nas escolas, contribui para o bem estar dos discentes na vivência de sua sexualidade atual e futura e que não substitui, nem concorre com a função da família e sim a complementa, pois constitui um processo formal e sistematizado, que exige planejamento e uma intervenção por parte dos profissionais da educação.

Educação Sexual na perspectiva da Educação Inclusiva

A escola é o lugar onde se adquire conhecimentos. É nela que todos apostam que vão aprender; que vão ter sucesso. À luz desse entendimento, a escola precisa estar aberta para todos, e se é para todos, não deve ter exclusão. Devem estar inseridos os “normais” ou “não”, os “deficientes ou não”. Como a escola não deve excluir e sim incluir; todo e qualquer tema trabalhado com alunos ditos “normais”, também deve ser trabalhado com os que apresentam algum tipo de deficiência, até mesmo o assunto da sexualidade.

Quando o tema sexualidade é abordado pelo currículo escolar, geralmente a discussão se dá em torno dos órgãos sexuais, DSTs, AIDS, gravidez precoce, etc. e alguns docentes, não perceberam que os portadores de deficiência, também manifestam sua sexualidade, e os deixam de lado, não os incluindo nos trabalhos de Educação Sexual, por acreditar que são impossibilitados de terem qualquer tipo de conhecimento voltado ao tema sexualidade.

Costa (2000 apud LEÃO, S.D, p. 6) corrobora que o desafio é interromper o processo de exclusão para poder dar início a um novo caminho, no qual possa se debater os preconceitos, limitações e resistências impostas pela deficiência, e ainda os tabus que são criados, e discutir a sexualidade na forma como se apresenta na sociedade e na possibilidade de ser vivida.

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos estejam inseridos, garantindo uma educação de todos e para todos, onde as diferenças sejam superadas e amplie o espaço do conhecimento e da coletividade, principalmente no campo da discussão sobre sexualidade; onde exige que as práticas

educativas e pedagógicas sejam incompatíveis com a inclusão.

A prática da inclusão requer da instituição educacional um comprometimento maior do que já possuem, para obterem sucesso. Não é fácil, mas é preciso termos no âmbito da educação, políticas públicas com censo de responsabilidade, pois o brasileiro ainda acredita que é na escola o espaço que desenvolve suas habilidades e garante sua prática de cidadão identificado socioculturalmente. Refletir é preciso, mas o maior desafio é enfrentar a construção de práticas que respondam ao atendimento dos educandos.

O diálogo e a Educação Inclusiva

O homem diferente de outros animais, em relação ao pensamento, encontra-se numa situação privilegiada, uma vez que, somente ele pode comunicar tudo o que pensa. A comunicação usada pelos humanos se dá por meio da linguagem. Este princípio da comunicação nos proporciona o uso da ferramenta do diálogo e nos faz através dele, realizarmos uma troca de conhecimentos ou obter conhecimentos que antes não tínhamos. (GADAMER, 2004, p. 247). O diálogo põe a repensar e renovar nossa prática educativa, possibilitando um fazer pedagógico voltado ao pensamento freireano: “ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho”.

A educação deve acontecer de maneira dialógica, interacionista. Por conseguinte, professores aptos a dialogar é um desafio, pois a sociedade contemporânea mostra-se incapaz para o diálogo e ao tratar do diálogo pedagógico, é mister considerá-lo como uma ferramenta necessária para o desempenho do processo ensino aprendizagem. Sob essa perspectiva, a capacidade para dialogar deve ocorrer não só por parte do professor, que o utiliza como arma poderosa para transformar a educação que tanto exclui, mas deve ocorrer entre as famílias, a comunidade, o poder público, enfim toda a sociedade deve está aberta a dialogar.

Por meio do diálogo a Educação Inclusiva pode ir além; sair dos parâmetros de que é educação para portadores de deficiência e abranger a educação de direitos de todos, como propõe a Constituição

Federal de 1988 (art. 205, inciso III); pois percebe-se que o ensino escolar brasileiro, continua dando acesso a poucos quando se trata de alunos com algum tipo de deficiência. Na verdade, o diálogo instiga a discussão acerca da exclusão de alunos que foram e são excluídos por motivos banais, apoiados numa organização escolar pautada em padrões e concepções de “escolas para normais” e “escolas para deficientes”.

Sabe-se que alunos com ou sem deficiência, foram e são excluídos das escolas comuns; e pelo diálogo é possível buscar o equilíbrio e propor novas formas de pensamento para transformar as práticas educativas que temos e encontrar caminhos que evitem a exclusão na inclusão. Para Oliveira (2006, p.30):

[...] a forma dialógica e coletiva possibilita, de forma significativa e contextualizada, a fruição de um vínculo relacional construtivo entre os diversos sujeitos que atuam na escola em busca de respostas, embora incertas, para a melhor atuação educacional com todos os alunos, respeitando as suas particularidades e necessidade individuais.

Desse modo, se vê que o diálogo é propício para a práxis do educador e a tônica para a efetivação da Educação Inclusiva, que requer do professor uma postura coerente

entre a sua maneira de ser e a sua maneira de ensinar. Toda escola com pressupostos inclusivos, é necessariamente uma escola reflexiva, onde precisa estar aberta ao diálogo, num aprendizado contínuo, pronta para aceitar as diferenças, respeitando e reformulando o pensamento a respeito de suas ações.

A docência e Educação Sexual: Uma reflexão necessária

O que é ser educador? Como e para que exercer a docência? Diante de inúmeros conhecimentos, o professor muitas vezes se questiona quanto a sua aptidão de educador. Independente de qualquer posicionamento, o docente precisa estar consciente de sua responsabilidade para com os seus discentes,

pois tem a possibilidade de contribuir para a formação de homens de bem, tornar o indivíduo capaz de viver em sociedade, exercendo a prática da cidadania. Além da importância do educador preparar para vida seu educando, ele só será capaz se tiver também uma formação para tal. Para isso acontecer, deve haver políticas públicas que atendam a essa necessidade.

A formação continuada dos professores possibilita políticas educativas que qualifica o processo ensino-aprendizagem, mas, é preciso lembrar, que em relação aos docentes sempre existiram e ainda existem discriminações no tocante a aceitação da prática do ensino da Educação Sexual oferecidas nas escolas. Como podemos verificar nos casos citados a seguir, vistos em Figueiró (2009):

- No ano de 1930, o professor Stawiarski, no RS, no Colégio Batista, quando inseriu educação sexual em suas aulas foi acusado de comportamento imoral e teve ação movida contra ele, na Justiça do Trabalho, onde o mesmo foi demitido.
- Em 1968, a deputada Julia Steimbruck (PMDB-RJ), indicava a inclusão obrigatória da E.S nos currículos escolares, o qual a ideia foi rejeitada, pelo Conselheiro Almirante Benjamim Sodré: “a inocência é a melhor defesa para a pureza e a castidade”.
- Outro caso que pode ser citado, é o de uma professora, em 1972, de um colégio particular de São Paulo, que foi demitida quando trabalhou o livro “O Caneco de Prata”, de autoria de João Carlos Marinho. A mesma foi detida, interrogada e a escola foi vigiada e investigada em suas atividades, que na época a diretora foi a Brasília, conversar com o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, a respeito do caso. A professora foi interrogada durante todo o ano de 1973 sem advogado. Foi considerada culpada, suspensa por 15 dias e publicada no diário oficial de 25/10/1975.
- No ano de 1976, a Conselheira Edilia Coelho Garcia, no Primeiro Seminário Latino Americano de E.S afirmou que “a E.S não era prioridade das escolas brasileiras”.
- No mês de outubro de 1992, em Londrina, também tivemos o caso do professor de Ciências, Sílvio Benini, que foi acusado de aliciamento sexual por seis pais adeptos da

religião Testemunhas de Jeová. O professor recebeu ameaça de morte e foi afastado da escola.

- Em pleno século XXI, já no ano de 2004, a professora Marta (nome fictício), foi acusada de estar ensinando atitudes pornográficas, numa sala de aula de 5º ano, de uma escola municipal na cidade de Recife. A acusação foi feita por dois radialistas da mesma cidade, em programas de rádios, quando visitados pelos pais de um dos alunos. Os radialistas chegaram a afirmar que “a escola era de prostituição e a adotava currículo de pouca vergonha”.

A partir da criação dos PCNs, em 1996, é que a E.S passou a ser integrada no currículo educacional, objetivando informar e promover nos educandos a responsabilidade e a valorização do seu comportamento sexual.

No entanto, mesmo com a abertura de se trabalhar o tema sexualidade e tudo o que o cerca, na sala de aula, ainda não é tão fácil, é preciso ter professores capacitados e habilitados a trabalharem tal tema e que acima de tudo, respeite os princípios religiosos e familiares que envolvem os seus educandos, e que de maneira igualitária promova uma educação de qualidade.

Considerações Finais

A educação, como espaço disciplinar e de formação, requer cada vez mais profissionais aptos e capacitados, que de maneira inter, multi e transdisciplinar insiram os seus educandos no patamar de igualdade, onde a dialogicidade transmita os caminhos peculiares do conhecimento. É preciso que as instituições encontrem uma luz no final do túnel e insira no seu processo educacional, ações pedagógicas que valorize as diferenças, de modo que não haja discriminação entre os alunos.

Através do diálogo e de práticas pedagógicas inovadoras o processo encontrará novos rumos e o que era excluído torna-se incluído, traçando um novo perfil das escolas brasileiras.

A inclusão do tema Educação Sexual, deve ganhar novos espaços de discussões baseadas nos PCNs e na LDB, que propõe subsídios para que a Educação Inclusiva percorra novos caminhos e que o educador tenha compromisso de incluir a Educação Sexual na perspectiva da Educação Inclusiva.

Referências

ALTMANN, Helena – Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível na Internet em [http:// www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf), consultado em 06 de outubro de 2013. Estudos Feministas – Ano 9-2º semestre. 2001.

ANDRADE, Marita. Sexualidade e afetividade na Escola. In: Presença Pedagógica. ISSN: 1413-1862 Jul:/Ago.2013. V.19/N.112. Editora Dimensão.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ensino Fundamental: Orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CARDOSO. CLARICE. Jovens e mães. IN: Carta na Escola. Edição nº 72. Dezembro de 2012/Janeiro 2013.

FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. Revista Inclusão: MEC / SEESP, vol. 1, nº 1. 2005.

FIGUEIRÓ: Mary Neide Damico (org). Educação Sexual: Múltiplos temas, compromissos comuns. Universidade Estadual de Londrina – 2009.190p.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método II. Complementos e Índice. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEÃO. C.M.A. RIBEIRO, M.R.P. A orientação sexual no contexto inclusivo: Um estudo teórico. In:

Revista Ibero – Americana de Estudos em Educação.v2,n2 (2007) Disponível na internet: ser. Fclar. Unesp. Br/ibero-americana /article/view/465/345.

OLIVEIRA, Luzia de Fátima Medeiros de. Apoio Pedagógico, ação coletiva e diálogo: tramas da formação continuada em educação inclusiva – UFRN, 2006, pág.239.

PRIOSTE. CLAÚDIA DIAS. Educação Inclusiva E Sexualidade na escola – relato de caso. Estilos clin. [on line]. 2010. Vol.15, n.1 [citado 2013 – 10 – 17], pp. 14-25. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci-arttextspid=s1415-71282010000100002SIng=Snrm=iso> .ISSN1415-7128.